

Democratizar e humanizar a tecnologia: Andrew Feenberg e Hans Jonas¹

To democratize and humanize technology: Andrew Feenberg and Hans Jonas

Jelson Roberto de Oliveira²

RESUMO

O objetivo do trabalho é aproximar essas duas visões no que tange, da parte de Jonas, à pergunta sobre os riscos e ameaças trazidos pelo poder tecnológico e, da parte de Feenberg, à pergunta sobre os interesses fundantes da técnica e, mais especificamente, ao problema da tecnocracia. Como saída possível, Feenberg fala em “democratização” da tecnologia e Jonas, da “humanização da técnica”, uma proposta que, ao nosso ver, mantém fortes vínculos com o projeto de “democratização” de Feenberg, ainda que Jonas tenha insistido mais nos riscos e nas ameaças quando da realização do diagnóstico, dando preferência ao prognóstico negativo (heurística do temor), algo que Feenberg parece evitar, a fim de formular um pensamento que sintetize benefícios e riscos, utilizando-se, para isso, das pesquisas empíricas no campo da tecnologia (principalmente a de comunicação) às quais Jonas deu pouca relevância, em nome de um maior interesse nas pesquisas da biotecnologia.

Palavras-chave: Tecnologia. Feenberg. Jonas. Democratização. Humanização.

ABSTRACT

The objective of this article is to bring together two philosophical views on the subject of technology: in one hand, Hans Jonas and the question about the risks and threats brought by technological power, and in the other hand, Andrew Feenberg and the question of founding the interests of technical and more specifically, the problem of technocracy. Feenberg talks about "democratization" of technology and Jonas, of the "humanization of technique". Both proposals maintains strong ties with each other, even if Jonas has insisted over the risks and threats when he makes his diagnosis, giving preference to the negative prognosis (heuristics of fear), which Feenberg seems to avoid in order to formulate a thought summarizing benefits and risks, using, for this, empirical research in the field of technology (especially of communications) to which Jonas gave little relevance in the name of greater interest in biotechnology research.

Keywords: Technology. Feenberg. Jonas. Democratization. Humanization .

¹ Trabalho apresentado no dia 18 de outubro de 2013, no Grupo de Trabalho 14 – Discursos Luso-brasileiros sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais.

² Doutor em Filosofia; Professor do Programa de pós-graduação em Filosofia da PUCPR, membro de Grupo de Pesquisa Hans Jonas do Brasil. E-mail: jelson.oliveira2012@gmail.com

INTRODUÇÃO

Jonas e Feenberg estão, quanto ao campo teórico e às bases referenciais de seus estudos, em lados distintos da reflexão sobre a tecnologia. O primeiro mantém-se, em princípio, na linha argumentativa que remete a Heidegger e sua teoria substantiva. O segundo, apoia-se na tradição da Escola de Frankfurt e sua teoria crítica. Além disso, é importante notar que Jonas é um pensador do pós-guerra, não tendo vivido muitos dos eventos tecnológicos (principalmente os ligados à computação e à tecnologia de informação) a partir da segunda metade da década de noventa do século passado. Esse elemento temporal deixa marcas na reflexão de ambos os autores e, no caso de Jonas, limita sua argumentação às preocupações ligadas ao avanço da biotecnologia e às inquietações éticas ligadas à ameaça ambiental, diante do horror bélico produzido pela bomba atômica lançada contra Hiroshima e Nagasaki em 1945. Feenberg, ao lado de outros autores americanos como Albert Borgmann, Hubert Dreyfus, Donna Haraway, Don Ihde e Langdon Winner (todos ligados ao movimento de “virada empírica” sobre o assunto)³, por isso, se posiciona na perspectiva empírica que não estava na pauta dos autores clássicos europeus, como Heidegger, Marcuse e Hans Jonas, que não vivenciaram o período co-evolutivo entre tecnologia e cultura, tendo ficado limitados ao escopo crítico e à pergunta ontológica sobre algo que se prenunciava de maneira ainda bastante incipiente no caso das tecnologias de informação. Ao contrário de Feenberg, portanto, Jonas é anterior à virada empírica da tecnologia. Mesmo assim, é preciso notar que seu livro *Técnica, medicina e ética* é uma tentativa de realizar uma aplicação empírica (aliás, algo que, metodologicamente falando está na base da obra) no campo da biotecnologia.

Quanto a Feenberg, ele tem sido classificado⁴, quanto à *definição* de tecnologia, entre os pensadores que buscam uma “racionalização” da tecnologia através de uma posição ao mesmo tempo crítica e empírica que ele mesmo contrapõe a Heidegger e a Marcuse, principalmente. No âmbito da *análise filosófica*, Feenberg trataria a tecnologia a partir do conceito de “tecnocracia”, enquanto Jonas,

³ Cf. ARCHTERHUIS, Hans (ed). *American Philosophy of Technology: The Empirical Turn*. Indianápolis: Indiana University Press, 2001.

⁴ Cf. CROCKER, Geoff. *A Managerial Philosophy of Technology: Technology and Humanity in Symbiosis*. London: Palgrave Macmillan, 2012.

ao lado de Heidegger e Marcuse, seriam classificados como pensadores “distópicos”, devido à projeção negativa que eles mantêm em relação aos riscos tecnológicos no futuro e à impossibilidade de resistência que elas carregam⁵.

O certo é que Jonas recusa a referência heideggeriana de seus estudos sobre a técnica, justamente no ponto em que Feenberg também o faz: não só a recusa da neutralidade da tecnologia, mas sobretudo a visão segundo a qual ela seria um destino, ou seja, faria parte de “um novo sistema cultural que reestrutura todo o mundo social como um objeto de controle” e engloba “a totalidade da vida social” (TT, p. 26⁶), processo diante do qual nada poderia ser feito, a não ser um “retorno à tradição ou à simplicidade”, interpretada no geral como uma recusa ao progresso. Para Jonas, a técnica não é neutra e nem é um destino: para o autor judeu-alemão, ela é um poder e uma vocação marcada, na era moderna, por uma magnitude e uma ambivalência que exigem a reflexão ética sobre seu uso. Feenberg recusa a visão apocalíptica da técnica que ele mesmo identifica na tradição alemã e pretende renunciar à alternativa segundo a qual diante do novo poder e da lógica do progresso promovido pela técnica, seria necessário retomar ou “preservar modos de vida naturais ou tradicionais” (TT, p. 29). Para Feenberg, essa visão busca apenas “dar um entorno à tecnologia, não transformá-la” (TT, p. 28). Eis, portanto, uma diferença fundamental das duas posições: a visão substantiva, por entender a técnica como um destino e a visão instrumental, como algo neutra, não vislumbra qualquer potencialidade humana de intervenção, reparação ou transformação da tecnologia. Finalmente, ela é um destino. E frente a ele, o ser humano (e todas as instituições sociais) nada poderia fazer, a não ser recusar o seu domínio, abrigando-se nos tais “modos de vida mais primitivos” (TT, p. 28). Ao recusar essa visão, o autor norte-americano, acaba por projetar uma possibilidade de transformação e de mudança *na* tecnologia a partir de uma posição não apenas ontológica ou ética, mas sobretudo política.

⁵ Falando de Foucault e Marcuse, Feenberg escreve: “Suas teorias não abrem um espaço dentro do qual possa surgir a oposição, não provém uma base estrutural para compreender as operações pelas quais os dominados possam resistir à dominação” (TT, p. 117). Trata-se da teoria da unidimensionalidade que leva sempre a um impasse e deixa de vislumbrar alternativas.

⁶ Usaremos nesse texto as siglas TT para a obra *Transforming technology: a critical theory revisited* (as citações foram traduzidas por nós a partir da versão em espanhol que consta na bibliografia); e CT para “Critical theory of technology” (tradução da equipe de tradutores do Colóquio Internacional “Teoria Crítica e Educação”: Unimep, Ufscar, Unesp).

Por isso, Feenberg é posicionado ao lado de Habermas no projeto de “democratização” da tecnologia, enquanto Jonas, estaria situado, segundo nossa interpretação, no campo da “humanização da técnica”, uma proposta que, ao nosso ver, mantém fortes vínculos com o projeto de “democratização” de Feenberg, ainda que Jonas tenha insistido mais nos riscos e nas ameaças quando da realização do diagnóstico, dando preferência ao prognóstico negativo (heurística do temor), algo que Feenberg parece evitar, a fim de formular um pensamento que sintetize benefícios e riscos, utilizando-se, para isso, das pesquisas empíricas no campo da tecnologia (principalmente a de comunicação) às quais Jonas deu pouca relevância.

Se Jonas pode ser acusado, pelos adeptos da teoria crítica da tecnologia, de ter priorizado, além disso, a perspectiva ética em detrimento da política, é verdade que seu pensamento não fechou os olhos para essa questão: no horizonte do futuro, *O princípio responsabilidade* insere, no capítulo IV, a pergunta tanto sobre o político como paradigma eminente da responsabilidade quanto a pergunta sobre a arte de governar como responsabilidade política em relação ao futuro. Essa pergunta, conforme pretendemos demonstrar, não só recusa a visão de um *destino* diante do qual nada poderia ser feito, como se questiona a respeito das possibilidades de usar o novo poder com prudência e responsabilidade. Ao recusar essa visão fatalista, Jonas recusa também o rótulo de tecnofóbico e argumenta a favor de um maior controle do ser humano sobre a tecnologia, justamente para evitar que ela se torne algo autônomo e neutro, marcado pela fatalidade. É claro que o autor não formulou uma pergunta a partir de um modelo político e sequer se perguntou sobre a luta de classes que fundam as relações tecnológicas, tendo preferido pensar a partir do conceito mais amplo de humanidade, dado certa descrença que alimentara em relação às possibilidades de que qualquer regime político pudesse proteger a humanidade dos perigos da técnica. A responsabilidade, como teoria tanto ética quanto política, parte da proposta e da necessidade emergencial de constituir um novo poder sobre o poder, ou, nas palavras de Jonas, de humanizar (ou re-humanizar) a tecnologia. Nesse sentido, ainda que sob diferentes perspectivas, haveria uma aproximação possível entre as duas hipóteses interpretativas e, mais ainda, Feenberg ajudaria a compreendermos a tese jonasiana, na medida em que as contraposições teóricas nascidas dessa aproximação não só explicitam diferenças interpretativas, mas estendem um fio argumentativo que aproxima as duas posições

teóricas aparentemente opostas: ambas recusam a ideia de um *destino*, ambas recusam a ideia de *neutralidade* da tecnologia, ambas apostam na possibilidade de transformá-la a fim de submetê-la aos interesses humanos – éticos, sociais e políticos.

Sendo assim, ainda que Jonas possa ser classificado entre os pensadores “distópicos” e seja anterior à chamada “virada empírica” da filosofia da tecnologia, à qual Feenberg pertence, é verdade que ambos os autores estão preocupados com a necessária racionalização analítico-filosófica da técnica. A pergunta sobre os interesses fundantes da técnica e sobre o problema da tecnocracia reconhece o poder da tecnologia, ainda que Jonas tenha insistido mais nos riscos e nas ameaças quando da realização do diagnóstico, dando preferência ao prognóstico negativo (heurística do temor), algo que Feenberg parece evitar, a fim de formular um pensamento que sintetize benefícios e riscos, utilizando-se, para isso, das pesquisas empíricas no campo da tecnologia (principalmente a de comunicação) às quais Jonas deu pouca relevância, em nome de um maior interesse nas pesquisas da biotecnologia.

1 TRANSFORMAR É DEMOCRATIZAR: A TECNOLOGIA SEGUNDO FEENBERG

No texto intitulado *Critical Theory of Technology*, Feenberg afirma que sua filosofia parte da premissa de que a pergunta sobre o ser humano no mundo contemporâneo passa pela compreensão a respeito daquilo que ele chama “a forma de nossos instrumentos” (CT, p. 2) e, detectando o perigo que um pensamento neutro sobre a técnica carrega no que tange à concepção da humanidade, afirma que o planejamento e a condução do “desenvolvimento técnico por vários processos públicos e escolhas privadas” (CT, p. 2) é o caminho para o “controle sobre nossa própria humanidade” (CT, p. 2). Em outras palavras, o tom político do argumento favorece a ideia de que se trata de encontrar um caminho no qual o ser humano retome o controle da técnica a partir da pergunta sobre os processos que fundam o desenvolvimento técnico, o que implica, obviamente, uma recusa das teses que defendem a neutralidade da técnica e, conseqüentemente, apoiam-se em uma espécie de determinismo tecnológico. Trata-se daquilo que o autor chamará de

“designs técnicos sobre a vida, saúde e dignidade” dos seres humanos, que não teriam sua origem na “essência” da técnica, como diz Heidegger, mas seriam determinados por um projeto civilizacional. Ou seja, dependendo da capacidade de influenciar nos designs da tecnologia, seria possível pensar uma sociedade democrática “baseada na auto-organização democrática na própria esfera técnica” (CT, p. 2). Haveria, pois, uma saída para o perigo caso a pergunta sobre a contingência do design fosse formulada com a força necessária.

Baseado numa proposta de reconstrução da ideia de socialismo⁷ a partir das formulações da teoria crítica (cf. TT, p. 14), a proposta de Feenberg analisa o confronto entre democracia e organização tecnocrática e capitalista da tecnologia, a fim de inserir “controles mais democráticos” no âmbito tecnológico e, com isso, reformular a própria tecnologia. De alguma forma, trata-se mesmo de submeter a tecnologia à ação e aos interesses humanos e de reconhecer a sua ambivalência⁸ do ponto de vista político (a depender das forças que a controlam) e de evitar, com isso, o determinismo tecnológico que pretensamente medram nas leituras ontológicas tanto de Heidegger quanto de Marcuse. A proposta de Feenberg seria então, chamada, por seu parentesco com a Escola de Frankfurt, de “teoria crítica da tecnologia” e tentaria refletir sobre “novas teorias do desenho, ambivalência e políticas da técnica” (TT, p. 108), partindo do pressuposto de que “as tecnologias ‘condensam’ funções técnicas e sociais” (TT, p. 108).

⁷ Feenberg fala mesmo de sua obra como uma “revisão utópica da ideia de socialismo” (2012, p. 15), um modelo que pense uma ideologia democrática que se contraponha tanto à tecnocracia capitalista quanto à burocracia comunista, vindo a incluir elementos novos da cultura moderna, como a igualdade racial e de gênero, a questão ambiental e a humanização do processo de trabalho. Um socialismo, em todo caso, bastante distinto da experiência comunista da ex-União soviética e de alguma forma mais próximo das teses marxianas (ainda que seja necessário acrescentar que, também em relação a Marx, Feenberg parece manter uma atitude crítica).

⁸ A chamada “teoria da ambivalência” em Feenberg difere do conceito que encontramos em Jonas. Se neste último, ela está ligada ao problema ético da definição do bem e do mal dos instrumentos técnicos, em Feenberg ela é compreendida – do ponto de vista político - como uma possibilidade de se pensar esses instrumentos sempre em relação aos interesses que os controlam: “Ao identificar as matérias primas do socialismo entre as heranças do capitalismo, a teoria da ambivalência resolve o dilema que opõe ao realismo político com a utopia. Reafirma a possibilidade de transitar do capitalismo ao socialismo” (TT, p. 92). Em outras palavras, a teoria da ambivalência possibilita a Feenberg pensar a tecnologia a partir dos interesses que a controlam e, sobretudo, pensar a possibilidade de que a mudança desses interesses não significa que a tecnologia, em si mesma, devesse ser negada. A tecnologia, em outras palavras, pode ser tanto capitalista quanto socialista. Tecnocracia ou democracia: depende de quem controla. O conceito então, aparece como fundamental para que Feenberg pense a possibilidade de uma transformação da tecnologia: “Dado que, no socialismo, são os trabalhadores os que mandam, estes podem mudar a natureza mesma da tecnologia, a qual, pela primeira vez na história, compete a uma classe dominante interessada pela democracia em lugar do trabalho” (TT, p. 92).

Os “arranjos técnicos” assim, constituiriam “um mundo” que, ao evitar a neutralidade da pergunta sobre a essência da técnica, constrói a possibilidade de pensar em “mundos” no plural, criados sob determinados interesses, dentro dos quais fluem alguns aspectos e entre os quais nascem certas divergências. Em resumo, o que Feenberg pretende é “enfatizar a natureza essencialmente hierárquica da ação técnica, a relação assimétrica entre ator e objeto que, quando alcançam grandes espaços das relações humanas, tendem a criar um sistema distópico” (CT, p. 4). Como resultado, temos um olhar sobre a técnica a partir da posição do homem (enquanto seu produtor e gerente) no mundo. Isso porque, para o autor, “os seres humanos só podem agir num sistema a que eles mesmos pertençam” (CT, p. 5) e no qual as suas ações provocam respostas contrárias. Mas a técnica lida com a desproporção dessa reação e se configura “de modo a reproduzir o domínio de poucos sobre muitos” (CT, p. 5). Entendendo a técnica como uma relação entre o operador e o objeto, o Feenberg detecta o nascimento do poder no fato de que ambos sejam seres humanos, fazendo com que o poder tecnológico se torne, por essa relação, “a forma básica de poder na sociedade” (CT, p. 5). Como relação de poder, a técnica também evocaria resistências e, por elas, por aquilo que o autor chama de “transformação democrática de baixo”, poder-se-ia alcançar uma reorientação radical da técnica com em benefício das vidas humanas e da natureza em geral.

O resultado dessa análise, em termos culturais, é uma visão da tecnologia como “socialmente relativa” e a ideia de que “o resultado das escolhas técnicas é um mundo que sustenta a maneira de vida de um ou de outro influente grupo social” (CT, p. 8). As chamadas “tendências tecnocráticas” das sociedades modernas estariam, segundo Feenberg, ligadas à intenção de limitar ou aprimorar a interferência de grupos no *design* “junto aos peritos técnicos e às elites corporativas e políticas a que servem” (CT, p. 8). Pensar o desenho é reconhecer que “máquinas e artefatos envolvem valores” (TT, p. 109), ou seja, são feitas a partir daquilo que se deseja (no âmbito psicológico) ou se tem como bom (do ponto de vista ético)⁹. Ou

⁹ Feenberg acentua essa perspectiva que liga o desenho às escolhas humanas, citando Winograd y Flores: “Quando desenhamos ferramentas, estamos desenhando modos de ser” (*apud* TT, p. 170). Trata-se de uma perspectiva que vê o desenho da máquina como um “desenho ontológico” que não só parte da escolha de coisas que nós queremos ou podemos construir enquanto seres humanos, mas daquilo que nós queremos fazer e ser. A tecnologia se faz, assim, um assunto filosófico a respeito do *eu*.

seja, o problema não é a tecnologia em si mesma, mas como ela é desenhada e usada: “o impacto social de uma tecnologia depende de como ela é desenhada e usada” (TT, p. 184). A consequência é pensar que a tecnologia, por si mesma, “não determina uma forma particular de sociedade” (TT, p. 207) e, como um produto cultural, carrega ameaças e potencialidades. Trata-se do conceito de ambivalência, que recolhe positivamente a ambiguidade política da tecnologia e faz ver que ela “não apresenta um obstáculo insuperável para perseguir valores ‘humanistas’”. E o autor acrescenta: “Não há nenhuma razão pela qual ela não possa reconstruir-se com o fim de adaptar-se aos valores de uma sociedade socialista” (TT, p. 224). Ou ainda: “Neste novo sistema não há necessidade de se trocar democracia por prosperidade” (TT, p. 239).

Numa relevante passagem da sua obra *Transforming technology: a critical theory revisited*, Feenberg concretiza esse código técnico nas seguintes palavras:

Um código técnico socialista se orientaria pela integração dos contextos e das qualidades secundárias tanto dos sujeitos como dos objetos da técnica capitalista. Isso inclui aspectos ecológicos, médicos, estéticos, urbanísticos e relativos à democracia laboral, os quais são vistos pelas sociedades capitalistas e comunistas como “problemas”, “externalidades” e “crises”. Os aspectos sanitários e ambientais, o enriquecimento da democracia a nível laboral e industrial devem ser internalizados como objetivos da *engenharia*. Isto pode ser alcançado mediante a multiplicação dos sistemas técnicos que se põem em jogo no desenho, para levar em conta cada vez mais características fundamentais do objeto da tecnologia, as necessidades dos operadores, consumidores e clientes, e os requerimentos ambientais. (TT, p. 285).

Ou seja, trata-se de incluir novos elementos nas escolhas técnicas, que não devem, assim, ser interpretadas apenas do ponto de vista de sua eficiência dentro do sistema, mas como parte do jogo de interesses que fundam os valores e que, inclusive, pode redirecionar as exigências de eficiência. O conceito de “código técnico” (TT, p. 124) é utilizado por Feenberg para relacionar as necessidades técnicas e as necessidades sociais no âmbito das decisões tecnológicas: trata-se de “uma regra segundo a qual se fazem escolhas técnicas com o fim de preservar a autonomia operacional (isto é, a liberdade de realizar escolhas similares no futuro)” (TT, p. 127). A técnica, nesse caso, é pensada em articulação com valores e com os argumentos éticos que vislumbram a possibilidade de uma “reforma tecnológica e social” (CT, p. 8).

Dessa forma, o poder tecnocrático funciona segundo a lógica descrita por Marx, cuja descrição do capitalismo evidenciou também a gerência técnica do sistema produtivo, articulando produção, lucro, maquinaria e força de trabalho, modelo que, tendo ultrapassado o âmbito privado e alcançado a esfera pública, submete à “regra da técnica” o “ambiente total da vida social” (CT, p. 9). Esse modelo, aliás, detecta Feenberg, ultrapassou também o capitalismo e chegou às experiências socialistas da União Soviética.

Feenberg chama esse modelo de “autonomia operacional”, ou seja, a liberdade plena dos agentes produtivos em tomar decisões independentes dos agentes subordinados. Cria-se uma esfera autônoma não afetada pelos interesses humanos ou pelos perigos de suas próprias ações. Surge a tecnocracia, não mais como um poder neutro, mas como um espaço de decisões preservado das “pressões públicas”, disposto ao sacrifício de valores e ignorante quanto às “necessidades incompatíveis com sua própria reprodução e perpetuação de suas tradições técnicas” (CT, p. 9). Eis como o uso da técnica no âmbito da tecnocracia sequestra os interesses da democracia, guardada ainda, acredita Feenberg, no âmbito da própria tecnologia na forma de “potenciais benefícios” (CT, p. 10). Por isso, “ao submeter os seres humanos ao controle técnico às expensas dos modos tradicionais de vida, quando restringe grandemente a participação em *design*, a tecnocracia perpetua as estruturas de força da elite herdadas do passado em formas técnicas racionais” (CT, p. 10). E a consequência é muito desastrosa: “no processo, mutila não apenas os seres humanos e a natureza, mas também a própria tecnologia” (CT, p. 10).

Contra isso, uma estrutura de poder diferente poderia interpor um uso também diferente do próprio poder tecnocrático, contra o qual não bastariam reformas superficiais. Feenberg fala de “mudanças de rumo” na direção do que se entende como progresso: “Isto requer um novo rumo para o progresso, não o agregado de uma fina capa de tecnologia ‘humanizada’ na superfície de um mundo construído, em todas as suas características fundamentais, para a destruição do homem e da natureza” (TT, p. 121). Justamente por favorecer determinados fins e interesses e impedir outros, a tecnologia não poderia ser tratada como algo neutro e exigiria uma mudança radical na sua estrutura fundamental. O projeto de democratização da tecnologia passaria então, pelo resgate dos valores excluídos e

sua concretização em novos “arranjos técnicos” (CT, p. 10). Feenberg explicita sua preocupação com os processos autofágicos que afogam a técnica nas opções que, por não levarem em conta essas demandas, passam a ameaçar a sobrevivência no planeta.

Nesses termos, a negação da neutralidade da técnica é apresentada como *um* caminho para o enfrentamento e a reversão do atual modelo tecnocrático, amparada numa “aliança técnica constituída democraticamente [que] levaria em consideração os efeitos destrutivos da tecnologia sobre o ambiente natural bem como sobre os seres humanos” (CT, p. 11). Feenberg, obviamente, não deixa de estar atento às potencialidades destrutivas do atual avanço da técnica sob o comando da tecnocracia capitalista. Contra ela é preciso articular as “resistências microfísicas” que atuam no mundo tático e prático das camadas subordinadas pela tecnocracia.

Como exemplo, Feenberg oferece o modelo da poluição do ar:

Vejamos o exemplo da poluição do ar. Enquanto os responsáveis por ela puderam escapar das consequências de suas ações à saúde em bairros arborizados, deixando que os pobres habitantes urbanos respirassem o ar sujo, houve pouco apoio para soluções técnicas ao problema. Os controles antipoluição eram vistos como custosos e improdutivos para os detentores do poder de implementá-los. Com o tempo um processo político democrático incendiou-se pela expansão do problema acompanhada de protestos pelas vítimas e seus advogados legítimos deram corpo aos interesses das vítimas. Somente então foi possível constituir uma temática social que incluía tanto os ricos quanto os pobres para fazer as necessárias reformas. Essa temática finalmente forçou um novo design do automóvel e de outras fontes de poluição que levassem a saúde humana em consideração. Eis um exemplo de política do design holístico que acabará por nos conduzir a um sistema tecnológico mais holístico. (CT, p. 11).

A tecnologia, enfim, assume o seu papel no mundo da política.

2 HANS JONAS E A QUESTÃO DA TÉCNICA

A noção de técnica no autor está amparada nos conceitos de magnitude e ambivalência, conforme os dois primeiros capítulos de sua obra *Técnica, medicina e ética*. A preocupação do autor, assim, o leva a pensar a técnica pela via de um *poder* que passa a exigir freios voluntários da ética, tida como um *poder sobre o poder*, o que exigiria um novo modo de fazer ciência que “não serve, como as ciências naturais, nas quais se apoia, para aumentar nosso poder, senão para vigiá-

lo e protegê-lo de si mesmo, em última instância, para obter poder sobre o poder antes surgido das ciências naturais” (TME, p. 48). Crítico não só das utopias, como da própria utopia de um progresso contínuo e desenfreado da tecnologia, Jonas não acredita que “as feridas abertas pela técnica podem ser curadas por uma técnica ainda melhor” (TME, p. 51). Para o autor, há feridas que a técnica não pode curar e há mecanismos de abertura de feridas que não se pode deter. Diante do novo poder, a humanização da técnica deve partir de um “renovado saber sobre a essência do homem e sua posição no universo” (TME, p. 53).

Trata-se de pensar, então, dois conceitos associados por Jonas a essa mudança no cenário técnico moderno: o conceito de magnitude e o conceito de ambivalência. Depois de ter analisado a dinâmica formal da técnica (dinâmica esta que dá à técnica a exata definição de uma “tecnologia”¹⁰) e o seu conteúdo substancial, Jonas mostra que falta a ela um conteúdo ético. É essa falta, portanto, que legitima a resposta à segunda pergunta, sobre o interesse ético que se liga à técnica. Aparecem então cinco questões principais em torno das quais os conceitos de magnitude e de ambivalência se articulam: a ambivalência quanto aos efeitos da técnica; a automaticidade de sua aplicação; as dimensões globais de espaço e tempo; a ruptura com o antropocentrismo; e a aproximação do problema metafísico.

Depois de realizar uma explicação que ele chamou de “descritiva” da técnica, pela qual ele almejou “obter analiticamente” alguns aspectos que explicam a “dignidade filosófica” do problema (TME, p. 15), ao qual foi acrescentada uma explicação causal, Jonas começa afirmando que a ética se interessa pela técnica justamente em sua nova dimensão enquanto *poder* humano. Ora, como *poder* a técnica é uma forma de atuação e enquanto tal exige um exame moral porque representa um caso novo dessa atuação. Se entendermos a ética, grosso modo, como a ciência do agir, o problema trazido pela técnica tem a ver com a nova extensão quantitativa e qualitativa desse agir, tanto no que diz respeito a suas intencionalidades quanto a suas consequências.

¹⁰Malgrado use os termos quase sempre como sinônimos, é importante notar que primeiro capítulo de *Técnica, Medicina e Ética* Jonas faz uma distinção entre *técnica* e *tecnologia*: quando ele distingue a dinâmica formal e o conteúdo substancial da técnica e escreve “começaremos, pois, fazendo ainda completa abstração dos avanços concretos da técnica, por algumas observações sobre sua forma como totalidade abstrata de movimento, que sem dúvida se pode chamar ‘tecnologia’” (TME, p. 16). E acrescenta: “Há uma diferença principal, a indicada no palavra ‘tecnologia’, pela qual a técnica moderna é uma empresa e um processo, enquanto a anterior é uma posse e um estado” (TME, p. 16). Jonas deixa claro, portanto, que a *tecnologia* é uma forma de apresentação da *técnica* moderna.

3 APROXIMAÇÕES

Pela ideia de um código técnico Feenberg parece tocar num dos pontos centrais da teoria jonasiana: quais as regras que deveriam guiar as escolhas técnicas? Ao negarem a neutralidade e o determinismo, ambos os autores criticam o fato de que essa hipótese abstrai a tecnologia de suas “considerações contextuais” (TT, p. 135). Ao pensar regras para o exercício da técnica, tanto Feenberg quanto Jonas, a partir de perspectivas dissonantes e por vezes até opostas e conflituosas entre si, reconhecem a existência de potencialidades técnicas subordinadas aos interesses humanos. Feenberg expressa essa convicção dando ênfase política à sua teoria, ao falar em democratização da técnica. Jonas realça a perspectiva ética ao falar de uma humanização da técnica. Ambos apoiam um tipo essencialmente distinto de desenvolvimento promovido pela tecnologia.

Essas posições obrigam ambos os autores a recusar a aceitação passiva dos ideais utópicos. A esse respeito, por exemplo, escreve Feenberg:

À diferença da utopia, que joga um papel de ‘ideal’ inalcançável em oposição ao estado lamentável da ‘realidade’ social, um modelo de transição dinâmico pode ser usado para desenvolver propostas concretas para a mudança e para por à prova as afirmações e contra-afirmações das teses de convergência e transição. (TT, p. 231)

A alternativa, para Feenberg, estaria baseada em três perspectivas: socialização, democratização e inovação (TT, p. 232). Uma socialização dos meios de produção apoiada numa substituição do planejamento em função menos do mercado e mais da cultura; uma democratização perante a eliminação das “amplas iniquidades políticas, sociais e econômicas”; e uma inovação que supere a divisão entre trabalho manual e intelectual e redesenhe os produtos da tecnologia. O enfoque é, obviamente, o controle democrático das instituições mediadas tecnicamente (TT, p. 234), algo considerado como a condição *sine qua non* para a mudança no rumo do progresso tecnológico. Nesse sentido, a crítica da racionalidade tecnocientífica, tal como empreendida por Feenberg, encontra ressonância em Jonas na forma de uma crítica ao modo moderno de fazer ciência: em Feenberg a crítica conduz à afirmação da urgência do controle político das investigações científicas; em Jonas, ao controle ético do poder pela via da responsabilidade.

Obviamente Jonas se distancia de Feenberg por sua proposta de retorno à natureza e à vida prudente, algo que é recusado pelo autor norte-americano, para quem a natureza é entendida como o “contexto do desenvolvimento, não um fim último, senão uma limitação dialética que convida à transcendência mediante a adaptação” (TT, p. 295) o que faz com que o “pouco convincente retorno à natureza [não] seja a única alternativa à sociedade industrial contemporânea” (TT, p. 292). Mais focado nos riscos da energia atômica e da biotecnologia, como já dissemos, Jonas dá preferência por uma recuo a valores que troquem o “posso fazer” pela afirmação “posso mas não vou fazer”, guiado pelos elementos ético-ontológicos que derivam do princípio responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ARCHTERHUIS, Hans (ed). *American Philosophy of Technology: The Empirical Turn*. Indianápolis: Indiana University Press, 2001.

CROCKER, Geoff. *A Managerial Philosophy of Technology: Technology and Humanity in Symbiosis*. London: Palgrave Macmillan, 2012.

FEENBERG, Andrew. **Teoria Crítica da Tecnologia**. Trad. equipe de tradutores do Colóquio Internacional “Teoria Crítica e Educação”. Unimep, Ufscar, Unesp. Disponível em: <www.sfu.ca/~andrewf/critport.pdf> Acesso em: 15 fev. 2013.

_____. *Transformar la tecnología: una nueva visita a la teoría crítica*. Trad. Claudio Alfaraz et al. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. (Col. Ciencia, tecnología y sociedad).

JONAS, Hans. **Poder o impotencia de la subjetividad**. Introd. De Illana Giner Comín. Barcelona: Paidós; I. C. E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2005.

_____. **Técnica, medicina y ética**. La práctica del principio de responsabilidad. Trad. Carlos Fortea Gil. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Trad. Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUCRio, 2006.